

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Introdução.....	11

PARTE I PROPOSTA DE DEBATE

Capítulo 1 – A problemática	15
1.1 Perspectiva histórica	15
1.2 Os problemas contemporâneos	21

PARTE II BASE DOGMÁTICA NECESSÁRIA PARA O ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES

Capítulo 2 – Imparcialidade do Juiz	29
2.1 Tratados internacionais	29
2.2 Constituição da República Federativa do Brasil	40
2.3 Código de Processo Penal.....	46
2.4 Do conceito de imparcialidade judicial.....	52
Capítulo 3 – Juiz Natural.....	57
3.1 Tribunal de Segurança Nacional, mau exemplo na história brasileira..	57
3.2 Perspectiva constitucional do juiz natural	62
3.3 Pré-constituição do juiz ou tribunal pelas normas reguladoras de jurisdição e competência, antes do cometimento da infração penal.....	66
Capítulo 4 – Iniciativa Instrutória do Juiz Penal.....	79

4.1	Breve síntese das premissas.....	79
4.2	Devido processo legal e “paridade de armas”	83
4.1	Inquisitividade inerente ao processo penal.....	86

PARTE III
AS TESES

Capítulo 5 – Proteção dos sujeitos do processo penal no tocante à pré-concepção do magistrado	93
5.1 O espírito de neutralidade.....	93
5.2 Espécies possíveis de pré-concepção	96
5.3 Exteriorização de pré-concepção e respectiva prova.....	100
Capítulo 6– A desvinculação subjetiva do juiz penal quanto às próprias decisões e sentenças	103
6.1 Opinião pública.....	103
6.2 Internet, redes sociais e pressão sobre o juiz criminal	106
6.3 O interesse pessoal e a respectiva prova.....	108

PARTE IV
CONCLUSÕES

Conclusões	115
Bibliografia	125